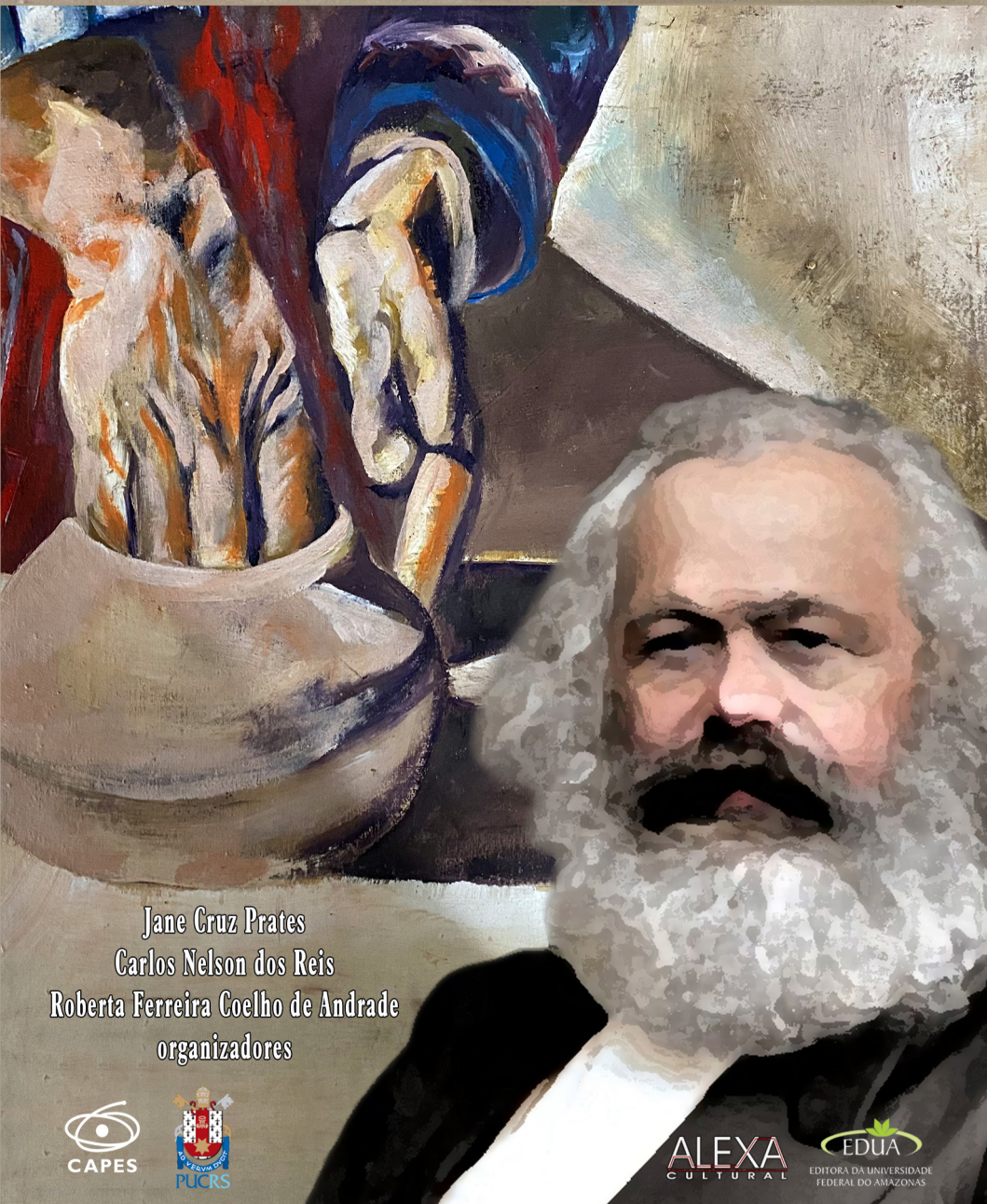


SERVIÇO SOCIAL

ECONOMIA POLÍTICA E MARXISMO



Jane Cruz Prates
Carlos Nelson dos Reis
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
organizadores



ALEXA
CULTURAL

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

JANE CRUZ PRATES
CARLOS NELSON DOS REIS
ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
ORGANIZADORES

SERVIÇO SOCIAL, ECONOMIA POLÍTICA E MARXISMO



UFAM

ALEXA
CULTURAL

Embu das Artes

2021



© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Ilustração de capa

Lúcia Cruz Prates

óleo sobre tela de mãos esculpindo a argila

Revisão Técnica

Michel Justamand

Revisão de Língua

Tuca Damtas

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P378j - PRATES, Jane Cruz

R248c - REIS, Carlos Nelson dos

R532r - ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de

Serviço Social, Economia Política e Marxismo. Organizado por Jane Cruz Prates, Carlos Nelson dos Reis e Roberta Ferreira Coelho de Andrade. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2021.

14x21cm - 350 páginas

ISBN - 978-65-89677-54-3

1. Serviço Social, 2. Economia, 3. Política, 4. Karl Marx, 5. Artigos, I-Título, II-Sumário, III-Bibliografia.

CDD - 300 / 360

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia
2. Educação
3. Saúde
4. Política

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

25 ANOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS: desafios para uma formação crítica e dialética no Serviço Social

Thaísa Teixeira Closs

Tatiana Reidel

Laís Duarte Corrêa

PREMISSAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O eixo elencado para a discussão do presente capítulo é o do projeto de formação profissional em Serviço Social, tematizando seus fundamentos, com ênfase para o debate da lógica dialética dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares (DC) da ABEPSS (1996), que em 2021 completa 25 anos, e para a centralidade da questão social e da categoria trabalho, elementos estruturantes e transversais no plano curricular e nos processos de ensino. Projeto esse impensável sem as fecundas contribuições do pensamento marxista que lhe conferem unidade, criticidade e sustentação, pois sua própria formulação, a partir de amplos debates desencadeados em torno da revisão do currículo de 1982, situa-se no quadro dos acúmulos teórico-metodológicos proporcionados pela maturidade da vertente de ruptura (NETTO, 2015) ou, como denomina Yamamoto (2018), no contexto da segunda aproximação da profissão com o marxismo, na qual se estabelece tanto uma relação de continuidade como de ruptura com legado no movimento de reconceituação latino-americano. Como destaca a autora (2018, p. 216-217), continuidade pois mantém acesa “a crítica tanto ao conservadorismo profissional quanto à vulgarização marxista, no resgate do legado marxiano para inspirar a análise da sociedade e da profissão”, mas também ruptura construída “no processo mesmo de aprofundamento das premissas e propósitos do referido movimento em seu vínculo com as lutas e movimentos sociais”, uma vez que ocorre nas “inéditas condições histórico-profissionais presentes na decadência da ditadura, seu desenvolvimento criou as possibilidades à ultrapassagem da reconceituação: a sua superação”.

Nessa direção, reforça-se a importância das transformações profissionais no quadro dos processos societários dos anos 1980 e iní-

cio dos anos 1990, ressaltando o protagonismo da categoria na conjuntura sociopolítica em termos das lutas pela redemocratização e na construção de um novo padrão de proteção social, do esforço político-organizativo na esfera do exercício e da formação profissional, da expansão e consolidação da pós-graduação. Trata-se de um movimento que, ao conjugar o adensamento da pesquisa em conexão com a dinâmica societária, possibilita saltos qualitativos ao Serviço Social brasileiro, porque articula a apreensão das determinações da forma de ser da profissão no movimento histórico brasileiro, traduzindo-as em formulações teórico-metodológicas e ético-políticas que conformam os fundamentos profissionais a partir da matriz crítico-dialética.

Logo, esse acúmulo da categoria culmina na revisão curricular da ABEPSS de 1996¹ expressando as principais tendências profissionais no que tange aos fundamentos, redimensionando a formação graduada na direção de um novo perfil profissional atento aos desafios da realidade brasileira, cuja atualidade e vitalidade se mantém, pois se trata de um projeto de formação em movimento, que se renova diante das determinações concretas postas no real, pressupondo, portanto, pesquisa e capacitação constante, bem como sua indissociabilidade com o trabalho profissional, com as agendas das entidades da categoria e com a produção intelectual e formação no âmbito da pós-graduação.

Tal revisão curricular foi embasada em quatro grandes pressupostos, quais sejam (ABEPSS, 1996): 1) a particularidade dessa profissão situa-se no âmbito das relações sociais de produção e reprodução social, como uma profissão interventiva na esfera da questão social; 2) o fundamento básico da existência da profissão é apreendido na sua relação com a questão social; 3) a apreensão das transformações histórico-estruturais que incidem na reprodução da questão social e nas respostas das classes sociais e do Estado às suas expressões repercute em alterações no mercado profissional de trabalho; 4) o processo de trabalho profissional é determinado pelas configurações da questão social e das formas históricas de seu enfrentamento. De tais pressupostos se podem apreender importantes indicativos dos elementos centrais que fundamentam a proposta de formação no Serviço Social, que me-

¹ É fundamental destacar que as referidas diretrizes ao serem homologadas sofreram uma grande descaracterização, o que “significa, na prática, a impossibilidade de se garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país [...], o conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos” (IAMAMOTO, 2012, p. 43).

recem ser recuperados, uma vez que estudos² e a própria experiência docente e atuação em entidades da categoria revelam dificuldades na sua compreensão e efetivação na formação.

O primeiro elemento estruturante e transversal nos currículos e nos processos de ensino consiste na centralidade da questão social que atribui unidade à formação e à estruturação curricular, pois ela fornece concretude histórica à profissão (CARDOSO *et al.*, 1997), considerando ser a base de fundação sócio-histórica da profissão e sua matéria de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012; IAMAMOTO, 2008). A riqueza desta centralidade na formação é que ela aglutina elementos analíticos que se desdobram no debate da gênese e das transformações históricas da profissão, da sua natureza e inscrição particular na sociabilidade burguesa e na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012; NETTO, 2011), bem como fornece as bases para a interpretação crítica do espaço sócio-ocupacional da profissão.

O segundo elemento refere-se à centralidade da categoria trabalho, a qual, no plano da formação profissional, indica “[...] a importância do estatuto do trabalho, fundado em uma visão societária, que atribui prioridade ontológica à produção e reprodução da vida social e às relações sociais historicamente particulares que as sustentam” (CARDOSO *et al.*, 1997, p. 17). Pode-se sinalizar três polos principais através dos quais as mediações da categoria trabalho se articulam no plano da formação (CLOSS, 2017). O primeiro consiste na análise societária, sob o prisma da produção e reprodução da vida social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012; IAMAMOTO, 2008), irradiando a análise para os processos de alienação e de exploração, para as lutas entre as classes sociais fundamentais presentes na sociedade, o que inclusive permite compreender as tramas das relações de poder do Estado. O segundo polo estabelece-se na apreensão do ser social, no qual essa categoria assume sentido ontológico (MARX, 1989; LUKÁCS, 2009), expressando-se na própria fundamentação da ética profissional, ou seja, a dimensão valorativa como inerente ao trabalho, a liberdade como núcleo da práxis (BARROCO, 2006). O terceiro polo é constitutivo da própria análise da profissão, através da apreensão do seu estatuto assalariado, superando o entendimento da prática profissional pela análise da inserção desse trabalho de qualidade particular em processos de trabalho histórica e socialmente determinados, no contexto da divisão social e

2 Contudo, é preciso considerar os inúmeros desafios encontrados na implementação desse projeto de formação, inclusive alvo de pesquisa da ABEPSS, cujos resultados podem ser encontrados nas publicações da Revista Temporalis, n. 14, ano 2007.

técnica do trabalho, apreendendo as possibilidades de efetivação do projeto ético-político nos marcos da relativa autonomia profissional, superando vieses messiânicos ou fatalistas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012; IAMAMOTO, 2008).

O terceiro elemento reside na abordagem histórico-crítica marxista da realidade e da profissão, a partir da indissociabilidade entre história, teoria e método, o que se expressa na articulação dos conteúdos dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes da ABEPSS no conjunto do currículo, de seus componentes pedagógicos e na própria prática docente que não os fragmenta. Trata-se, portanto, da compreensão da história em processo, do modo como se produz socialmente a vida, como campo de tendências engendradas pelo devir histórico das lutas sociais, de possibilidades latentes de transformação inscritas no movimento do real, superando a linearidade e os etapismos, pois “toda reflexão sobre a realidade social resgata o aqui, o agora e o antes, e o daqui a pouco” (IANNI, 2011, p. 399). É essa fecunda abordagem que permite compreender a profissão como totalidade histórica (CARDOSO, 2007) em movimento em suas dimensões constitutivas (formação, trabalho, conhecimento, organização política), enraizada na dinâmica sócio-histórica e cultural em que se insere e se transforma. Ressalta-se, também, como pressupostos da indissociabilidade, o rigoroso trato da teoria social marxista em seus fundamentos³ e também das demais matrizes do pensamento social, situadas em seus nexos constitutivos históricos com a realidade e com a profissão.

Em síntese, a análise dos pressupostos da revisão curricular evidencia a centralidade da categoria trabalho e da questão social – irradiadas da apropriação da tradição marxista e conjugadas na interpretação histórico-crítica do Serviço social na realidade brasileira – como os principais fundamentos da formação profissional (CLOSS, 2017), elementos que serão tematizados a seguir, considerando os desafios político-pedagógicos no âmbito do ensino e da prática docente.

3 O que pressupõe unidade entre método e teoria marxiana, pois a lógica dialético-crítica, afirmando o primado ontológico das relações sociais na constituição da consciência humana e a apreensão do real em suas múltiplas determinações, é indissociável das principais teorias marxianas na abordagem da natureza da sociedade capitalista: a teoria do valor-trabalho, a teoria da alienação e a teoria da revolução, que se encontram no conjunto da sua obra.

A LÓGICA DIALÉTICA DOS NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS

Uma das grandes inovações e avanços do projeto de formação profissional consiste na lógica dialética que sustenta a formulação dos seus Núcleos de sua Fundamentação – “1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3 - Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS, 1996, p. 8) –, fruto tanto dos acúmulos da pesquisa no âmbito dos Fundamentos, mas também da avaliação do currículo de 1982 e da superação das lacunas do ensino fragmentado a partir das disciplinas de História, Teoria e Metodologia do Serviço Social.

Salienta-se que o primeiro Núcleo de fundamentação (ABEPSS, 1996) objetiva a compreensão do ser social enquanto totalidade histórica, tendo o trabalho como o eixo central do processo de reprodução da vida social, analisando os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos demais Núcleos. Assim, o conhecimento do ser social implica o tratamento das diferentes filosofias e teorias, superando a crítica ou a negação ideológica *a priori* pelo necessário conhecimento dos fundamentos das mesmas. Já o segundo Núcleo (ABEPSS, 1996) desenvolve o conhecimento da sociedade brasileira, da sua particularidade histórica nacional, apreendendo os movimentos que consolidam determinados padrões de desenvolvimento capitalista no Brasil e seus impactos socioeconômicos e políticos no campo das desigualdades sociais. Esse Núcleo implica, portanto, a análise conjuntural da sociedade brasileira e dos processos sociais geradores das múltiplas manifestações da questão social. No que se refere ao terceiro Núcleo, dois eixos são centrais (ABEPSS, 1996): a abordagem da prática como processo de trabalho, destacando os elementos que compõem esse processo, a partir da acepção marxiana; e o relevo para a dimensão investigativa associada a uma leitura totalizante da realidade, demarcando a dimensão teórico-metodológica necessária ao trabalho profissional, enriquecida pelos demais conhecimentos aportados pelos outros Núcleos de fundamentação da formação.

Um desafio recorrente na estruturação dos projetos político-pedagógicos das unidades de formação acadêmica (UFA) consiste na superação do trato fragmentado desses Núcleos, seja na forma de organi-

zação dos componentes curriculares ao longo do curso, como também na própria abordagem dos conteúdos no processo de ensino em cada disciplina, nas mediações pedagógicas mobilizadas na relação com os estudantes. Prima-se, portanto, que os Núcleos, na lógica dialética que estrutura o projeto de formação, possuem uma relação de indissociabilidade e de mútua complementaridade, uma vez que “expressam níveis distintos de abstração de análise requeridos para o deslindamento do Serviço Social na sociedade brasileira”, pois os mesmos “contribuem, sob diferentes ângulos e articuladamente, para a elucidação das particularidades da ‘questão social’ e do estatuto profissional do Serviço Social na construção de respostas à mesma” (CARDOSO *et al.*, 1997, p. 18-19). Além disso, eles condensam níveis de análise necessários e interdependentes no deciframento da profissão na dinâmica societária, tendo como premissa a compreensão dos fundamentos profissionais a partir da perspectiva da totalidade histórica, de que o Serviço Social “adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão”, o que requer, no âmbito da formação profissional “[...] elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político – das relações entre as classes e dessas com o Estado –, assim como a inscrição do Serviço Social no debate teórico e cultural de seu tempo. (IAMAMOTO, 2014, p. 621).

Nessa lógica, se os Núcleos requerem uma análise que privilegie a totalidade, sua materialização nos currículos requer mediações político-pedagógicas que permitam sucessivas aproximações com seus conteúdos a partir, por exemplo, de eixos articuladores por níveis de ensino ao longo do curso, como também na integração com atividades de extensão e pesquisa desenvolvidas pelo corpo docente. Aponta-se, como desafio, o planejamento docente e o diálogo constante com discentes – do conhecimento de sua realidade, formação cultural e das condições objetivas de inserção na vida acadêmica – no sentido da articulação das disciplinas e demais componentes curriculares que, trabalhados na lógica da transversalidade da investigação e da construção processual de aprendizagens, permitam sucessivas totalizações provisórias na apreensão articulada dos três Núcleos.

Ou seja, trata-se de assegurar a própria lógica dialética no percurso formativo que, como aponta Kosik (2011), opera a partir de um movimento de *détour*, que visa superar a representação e chegar ao

conceito, conhecendo a estrutura, a gênese e o movimento de dado objeto, sendo a decomposição do todo uma característica do conhecimento, necessária para apreender cada elemento do objeto estudado, suas transformações, inter-relações, sua posição no conjunto de contextos mais amplos, incluindo um processo de decomposição mas também de recomposição, progressivo-regressivo, aproximativo, que permite transitar de aspectos mais singulares àqueles universais, das partes ao todo e vice-versa. Como aponta Lefebvre (1979, p. 178), a análise dialética prima pela abordagem das relações, é “movimento de pensamento ao mesmo tempo que pensamento do movimento”, sendo o conhecimento, portanto, “um processo de conhecimento por abstrações, conceitos, isto é, por graus sucessivamente conquistados de objetividade, a partir de um começo (prático, histórico, social e lógico)” (LEFEBVRE, 1979, p. 226).

Nessa direção, evidencia-se como desafio no planejamento docente uma maior atenção para o processo de efetivação das matérias previstas na DC, superando tendências de simples transposição mecânica de seus conteúdos para as disciplinas, uma vez que esse processo tem se traduzido na fragmentação da formação, na justaposição de disciplinas, na divisão de disciplinas pelos Núcleos, ou ainda, em etapas do curso vistas como “teóricas” e “práticas”, frequentemente tendo como linha divisória o estágio obrigatório. Tais tendências significam um distanciamento da lógica dialética que sustenta o projeto de formação, da necessária tridimensionalidade dos Núcleos no deciframento da particularidade do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, na inter-relação com a questão social na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, da apreciação crítica das influências teóricas, políticas e culturais que permeiam sua trajetória e elucidam as disputas de projetos societários e de profissão na atualidade. Isto é, o desafio é efetivar a tridimensionalidade dos Núcleos na totalidade do currículo – garantida pela articulação dos diferentes componentes curriculares, contemplando as matérias previstas nas DC – mas, também, em cada componente curricular, nas estratégias didático-pedagógicas desenvolvidas.

Logo, o deciframento daquela particularidade remete à relevância da categoria mediação na construção do percurso formativo materializado no currículo, articulando o trânsito entre universalidade-particularidade-singularidade, associando às várias instâncias da

totalidade através de mediações, pois as mesmas consistem em “[...] condutos de ‘passagens’ e ‘conversões’ [...]”. Por isso, a categoria de mediação é estruturante da particularidade. [...] É um espaço onde a legalidade universal se singulariza e a imediatez do singular se universaliza”. (PONTES, 2002, p. 86). Ou seja, os Núcleos das DC da ABEPSS, mobilizados no plano da particularidade daquela tríade dialética, comportam a conexão entre o singular e o universal dessa profissão, tanto do ponto de vista ontológico – apreendendo as determinações da forma de ser da profissão na realidade – como do ponto de vista reflexivo e lógico, no que se refere à própria relação estabelecida com o conhecimento no processo de formação profissional, na prática docente e nas experiências de aprendizagem que estabelecem uma relação dialética entre teoria e realidade. Sob esse prisma, nos próximos itens serão problematizados alguns desafios referentes ao ensino da questão social e da categoria trabalho no âmbito das Diretrizes.

QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

A centralidade da questão social no projeto de formação profissional expressa a fecunda interlocução da produção em Fundamentos do Serviço Social com a teoria marxiana e marxista. Esta interlocução permite situá-la como indissociável da produção capitalista e da sociabilidade burguesa, a partir do aporte da teoria do valor trabalho, da lei geral de acumulação, da (re)produção das relações sociais, do debate da subalternidade, das lutas e movimentos sociais, conformando uma abordagem totalizante que não segmenta estrutura e sujeito, uma vez que integra dimensões materiais e espirituais na análise das desigualdades e resistências sociais e suas refrações na vida dos sujeitos (CLOSS, 2017).

Contudo, a compreensão da questão social no Brasil implica reconhecer as particularidades da relação entre capital e trabalho a partir das singularidades do desenvolvimento capitalista dependente no país, que passa, necessariamente, pela sua formação sócio-histórica, dimensão essencial no projeto de formação. Essa dimensão permite apreender as determinações estruturais da questão social no Brasil, que têm seu germe desde o escravismo colonial com a ocupação das terras do país, cujos elementos fundantes foram o latifúndio, o escravismo e

o patriarcalismo. Na passagem para o capitalismo dependente, essas determinações se expressam, dentre outras, pela superexploração da força de trabalho, pela questão étnico-racial, pela questão de gênero e sexualidade, pela questão agrária, urbana e ambiental, mas, sobretudo, pela luta e pela resistência que, historicamente foram apassivadas, “[...] mantidas sob o controle do Estado e das classes dominantes” (SANTOS, 2012, p. 437), marcados pelo conservadorismo e pelo autoritarismo antidemocrático.

O trato da questão social requer, portanto, a mediação com a formação sócio-histórica do país, sem a qual as formas particulares que as expressões da questão social assumem no Brasil não são compreendidas desde a sua raiz. Nesse sentido, evidencia-se como avanço a construção, pela ABEPSS, no ano de 2018, do documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, o qual afirma que a discussão “o conceito de raça/etnia é fundamental para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira” (ABEPSS, 2018, p. 13). Ressalta-se a necessidade de articulação das interfaces da questão social, inclusive em termos loco-regionais, favorecendo a integração entre as UFAs, via ensino e extensão, na possibilidade de uma formação fundada em valores emancipatórios na defesa da superação de todas as formas de preconceito, exploração e opressão.

Na sequência, a questão social, em sua mediação com a profissão, se desdobra na própria elucidação do significado social do trabalho do assistente social, da sua inscrição no âmbito da (re)produção das relações sociais, da leitura crítica das requisições sócio-históricas dirigidas a essa profissão na divisão sociotécnica do trabalho, inclusive como base explicativa e analítica do desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). Não é demais destacar quão significativa se faz essa centralidade da questão social na formação diante da trajetória dessa profissão, pois a mesma fornece os elos que conectam radicalmente o Serviço Social com a dinâmica societária em seu movimento histórico, no quadro das relações entre as classes sociais e o Estado, como um conduto essencial para a superação da cultura conservadora na categoria.

Apesar disso, verificam-se dificuldades da apropriação do rico potencial teórico-analítico acumulado na área por Assistentes Sociais, o que demarca um importante desafio a ser enfrentado na pesquisa

sobre os Fundamentos do Serviço Social. Assim, apesar das DC da ABEPSS afirmarem a questão social como elemento central, ordenador e transversal ao currículo, verifica-se a importância de adensar estratégias pedagógicas que superem sua abordagem difusa e pulverizada em diferentes disciplinas, sem um aprofundamento teórico-crítico dos seus fundamentos. Isso exige o seu trato teórico-metodológico ancorado na obra marxiana e marxista em conexão com a categoria trabalho, delimitando disciplinas que enfoquem seus fundamentos, respaldando seu trato transversal no currículo, ao mesmo tempo em que sejam garantidas mediações na perspectiva da tridimensionalidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes. Aponta-se que o trato da questão social na formação também privilegie as mediações sócio-históricas que conferem contornos contemporâneos à sua (re)produção ampliada assim como redimensionam as respostas às suas múltiplas expressões, tais como (IAMAMOTO, 2001, 2008): a lógica financeira que preside o regime de acumulação que, por sua vez, em seus traços flexíveis, traz profundos impactos na esfera da produção e do trabalho; as relações entre Estado e sociedade sob a hegemonia do projeto neoliberal, adensando as disputas entre a afirmação de políticas públicas e a mercantilização e privatização do atendimento às necessidades sociais, num quadro de especulação financeira do fundo público. Tais mediações se convertem, pois, como elementos centrais para a elucidação dos condicionantes do trabalho do assistente social na atualidade – inclusive da precarização das condições e relações por meio das quais esse se realiza – e também das contradições e resistências sociais a serem exploradas e fortalecidas no campo da construção de ações profissionais.

Todavia, passados 25 anos da implementação das DC, consideram-se prementes os resultados da pesquisa realizada em 2006 pela ABEPSS sobre sua implementação, que demonstram que, apesar destas UFAs referirem adotar a concepção de questão social presente nas Diretrizes, como resultante da contradição entre capital e trabalho, seu trato nos currículos se dá majoritariamente em disciplinas com as mais distintas denominações, as quais nem sempre a privilegiam como conteúdo central e tratam essa contradição de forma abrangente, concluindo que “não por acaso alguns discentes afirmam que a questão social, de fato, atravessa o currículo, mas falta clareza no que se refere à compreensão teórica do processo que a origina e dos nexos com a prática do assistente social” (TAVARES, 2007, p. 113-114).

Reitera-se, a partir do exposto, o desafio de garantir a ques-

tão social como dimensão estruturante da formação, com sua devida transversalidade nos currículos a partir da tridimensionalidade dos Núcleos de Fundamentação o que, para tanto, pressupõe minimamente a garantia de disciplinas que adensem os aspectos centrais da compreensão da gênese da questão social no bojo do processo de produção capitalista, perspectiva que se encontra presente nas DC, inclusive em diferentes matérias que as constituem e, logo, requer uma sólida base teórico-metodológica fundada no pensamento marxiano e marxista na análise da realidade. A partir da referida pesquisa, Tavares (2007, p. 113) infere que “[...] Marx não é a única referência para a apreensão do trabalho e, óbvio, também não é da questão social. Afirmar que a questão social decorre da contradição capital-trabalho não remete necessariamente à divisão de classes”. Nessa direção, também aponta indicações para a qualificação da abordagem da questão social na formação, tais como: o estudo obrigatório da obra de Marx, especialmente das categorias econômicas, sem as quais não se pode compreender o vigésimo terceiro capítulo de *O capital* e o desenvolvimento capitalista em seus estágios, apreendendo o processo de trabalho e as formas históricas por ele assumidas no capitalismo; adoção de disciplina obrigatória que trate da produção capitalista e da questão social em todas as unidades formadoras; disciplinas eletivas que favoreçam a curiosidade histórica para propiciar, na abordagem da realidade, a construção de mediações que expliquem a relação da profissão com o desenvolvimento capitalista (TAVARES, 2007).

Sublinha-se a importância dessas indicações, pois é fundamental adensar a abordagem direta da obra de Marx e não somente de seus comentadores. Além disso, tal abordagem não pode se restringir às categorias econômicas numa perspectiva teoricista, mas sim privilegiar um trato ontológico, dialético e histórico delas, sob pena de reforçar interpretações errôneas como uma das facetas da dupla armadilha frequente na análise da questão social, como aponta Iamamoto (2001): as análises genéricas e estruturais da questão social, que não apreendem a dinamicidade e as particularidades de como ela se expressa na vida dos sujeitos. Também se considera fundamental a adoção de disciplinas que abordem a questão social e a produção capitalista, mas aponta-se que a mobilização de uma atitude investigativa dos nexos entre Serviço Social e desenvolvimento capitalista não pode ficar restrita às disciplinas eletivas e sim trabalhada na transversalidade já aludida, inclusive na matéria de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social.

Soma-se a esses desafios na formação a necessidade de uma maior atenção para o debate do processo de apreensão e formulação de respostas à questão social no plano do trabalho profissional. Neste campo, verifica-se a persistência de dicotomias no seu trato, seja nas análises estruturais ou fragmentadas das expressões da questão social, nas compreensões economicistas da mesma e, ainda, naquelas que não superam a imediatividade das demandas institucionais. Aprofundar e dar visibilidade à competência teórico-metodológica totalizante na abordagem da questão social, que realize o trânsito entre as dimensões universais e singulares das suas expressões, a partir das situações vividas pela população e das demandas institucionais, é uma exigência teórico-prática da materialidade dos Fundamentos do Serviço Social (CLOSS, 2017). Logo, a mesma necessita ser privilegiada na formação profissional, especialmente no que se refere à centralidade do método dialético-crítico na análise da realidade, na fecunda noção de (re)produção das relações sociais, bem ao próprio processo de planejamento que opera um desvendamento das expressões da questão social, tal como elas emergem imediatamente no cotidiano de trabalho, convertendo-as em matéria profissional para a formulação de respostas críticas, propositivas, inovadoras diante das mesmas. Trata-se do desafio apontado por Yazbek (2001, p. 38-39), de tecer, no “tempo miúdo do cotidiano” ações que tenham como horizonte a construção de uma sociabilidade não capitalista, uma vez que “[...] a reprodução da questão social é reprodução ampliada de contradições sociais, que não há rupturas no cotidiano sem resistência”, logo é fundamental “reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania”.

Diante desse desafio, cabe ressaltar a centralidade do método dialético-crítico na análise e na intervenção profissional como recurso fundamental e heurístico capaz de articular o trânsito entre as diversas situações singulares postas no cotidiano profissional e na totalidade social, forjando as necessárias mediações para um trabalho crítico e propositivo, compromissado com processos reflexivos e emancipatórios. Sem esse recurso, que aponta para a importância de uma sólida formação teórico-metodológica voltada para a apreensão dialética e contraditória da questão social, debilitam-se as próprias respostas profissionais, a projeção de ações que transcendam a mera imediatividade do cotidiano.

A CATEGORIA TRABALHO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Conforme já tratado nesta produção, o trabalho e a questão social se constituem como eixos centrais das Diretrizes, e, diante da busca pela consolidação da compreensão do trabalho no plano da formação profissional, as análises aqui apresentadas se desenvolverão a partir dos três polos principais de mediação (CLOSS, 2017), sendo que o primeiro polo situa-se na análise societária a partir da produção e reprodução da vida social que perpassa, necessariamente, as relações sociais que se estabelecem sob condições históricas determinadas. Compreende-se assim que “[...] o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo social” (IAMAMOTO, 1982) a partir do trabalho assalariado. Portanto, a análise societária é indissociável da questão social, tendo em vista que esta é “[...] parte constitutiva das relações sociais capitalistas, [...] apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Trata-se de uma análise que “[...] ultrapassa a positividade típica da emergência dos processos sociais na ordem burguesa e reconstrói a sua dinâmica essencial e estrutural [...]” (NETTO, 2015, p. 370), para além da produção material, abarcando a produção de relações sociais, políticas e ideoculturais permeadas pela contradição. É no terreno das relações sociais em que se manifestam desigualdades e resistências, que envolvem poder, confronto e luta entre as classes. A análise societária em sua totalidade social objetiva permitir a apreensão do terreno contraditório e de luta de classes, em que se materializa o trabalho do(a) Assistente Social, tendo em vista que o Serviço Social está imbricado na lógica da reprodução das relações sociais, de indivíduos, grupos, famílias, classes sociais, nas quais interferem, sob condições sociais determinadas, por meio de sua intervenção, na produção e reprodução da vida social com efeitos no processo de reprodução da força de trabalho por meio dos serviços, programas e projetos que prestam à população (IAMAMOTO, 2015).

Nessa esteira, busca-se a formação de profissionais que analisem a realidade com consistência teórica e política, mas que, sobretudo, possam construir mediações para intervir criticamente, explorando

contradições e construindo respostas a partir de necessidades concretas. Além disso, compreender a realidade social permite analisar também a profissão para, sem intercorrer no endogenismo, para além de uma redoma de vidro que a aprisiona em seus muros internos, isolada, fragmentada e externa à realidade social (IAMAMOTO, 2015).

Dessa forma, a análise da profissão supõe, sem dúvidas, a compreensão do seu papel contraditório na sociedade de classes, pois, além da contribuição para produção e reprodução da vida social, para que a população atendida tenha condições para “fazer história”, a partir da perspectiva marxiana, os(as) Assistentes Sociais contribuem na criação de consensos na sociedade, o que, para a autora, não diz respeito somente à adesão ao instituído, mas também em torno de interesses fundamentais, sejam dominantes ou subalternos, contribuindo ou não para reforçar a hegemonia vigente (IAMAMOTO, 2015).

Desconsiderar esta contradição, bem como que a profissão tem uma função social para o capital, é um equívoco, pois caso contrário, não seria requisitada, uma vez que os “[...] operários modernos, [...] só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital” (MARX; ENGELS, 2007, p. 46). Diante disso, entende-se que o Serviço Social responde tanto a demandas da classe trabalhadora, quanto do capital, participando de mecanismo de dominação e exploração e, ao mesmo tempo, pela mesma atividade, respondendo às necessidades de sobrevivência da classe e reprodução do antagonismo de interesses sociais. Essa compreensão permite estabelecer estratégias para fortalecer o capital ou o trabalho, entendendo que não é possível excluí-las, considerando a inter-relação entre as classes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012)

Essa ótica remonta ao segundo polo de mediação do trabalho no plano de formação profissional: o trabalho como fundamento da gênese e a constituição do ser social, ou seja, é ontologicamente determinante deste último. Além disso, o trabalho distingue os homens dos animais, sendo uma atividade humana à medida em que se caracteriza pela objetivação do homem no mundo a partir de sua ação transformadora da natureza mediada pela sua capacidade teleológica em projetar finalidades às suas ações (MARX, 1989).

Cabe destacar que o amadurecimento sobre a ética e a ética profissional no Serviço Social brasileiro ocorre a partir da filiação com a perspectiva da ontologia do ser social que tem como referência bases materiais e históricas e que possibilitam o entendimento do trabalho

como práxis. Assim, é a ontologia do ser social, por sua vez, que fundamenta a ética profissional, cuja centralidade é indicada no Código de Ética (1993) que “revela a base objetiva de constituição das ações ético-morais: as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico” (BARROCO, 2006, p. 200) e, a partir das quais se explicitam valores éticos fundamentais. Os valores são construídos, não sendo somente subjetividade humana, evoluem de acordo com as necessidades humanas em sua práxis. A criação destes é também objetivação criada pelo trabalho, “assim se coloca o caráter objetivo dos valores; eles sempre correspondem a necessidades e possibilidades sócio-históricas dos homens, em sua práxis.” (BARROCO, 2006, p. 29). Ao articular esses valores que orientam a profissão a um projeto de sociedade, entende-se como desafio a compreensão de que a ética na formação e no trabalho profissional não se limita à esfera das normativas e deveres profissionais, pois, “eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais” (NETTO, 2009, p. 148), demandando apropriação dos elementos que fundamentam esses valores a partir da articulação das dimensões ético-política e teórico-metodológica dos Fundamentos do Serviço Social (BARROCO, 2006).

Sob esse enfoque, o trabalho ontologicamente determinante do ser social e da liberdade acaba promovendo a exploração e alienação na sociedade capitalista, entende-se que o trabalho assalariado desumaniza o trabalhador. Percebe-se, assim, uma “[...] tensão entre projeto ético-político e alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado” (IAMAMOTO, 2009, p. 39). Nessa lógica, o trabalho se constitui como base fundamental do processo de humanização, pressupõe intercessões fundamentais como o conhecimento, a consciência, o desenvolvimento da sociabilidade, é através dele que o homem se constrói e realiza as mediações para se desenvolver como ser social. A práxis desenvolve-se fundamentalmente por meio do trabalho, assegurando a (re)produção material e espiritual da vida humana. Tem-se assim o reconhecimento do trabalho como “fundamento ontológico-social do ser social; é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza”. Dessa forma, “a condição ontológico-social ineliminável do trabalho, na (re)produção do ser social, cujo caráter é universal, coletivo e de cooperação entre os homens; dá a ele um caráter universal e sócio-histórico”. (BARROCO, 2006, p. 26).

Como terceiro polo de mediação do trabalho com o plano de formação, enfatiza-se a análise da profissão por meio da apreensão crítica do “[...] Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 2015, p. 83-84,) e o(a) assistente social como trabalhador(a) assalariado(a), submetido(a) aos dilemas da alienação como qualquer outro(a) trabalhador(a) nesse modo de produção (RAICHELIS, 2011). Partindo dessa premissa, o(a) assistente social afirma-se socialmente como trabalhador(a) assalariado(a), cuja força de trabalho especializada pressupõe uma relação de compra e venda com organismos empregadores, sejam eles estatais ou privados, os quais fornecem os meios e condições necessárias para a realização desse trabalho. Caso dispusesse desses meios e condições, financeiros, técnicos e humanos, os(as) Assistentes Sociais afirmar-se-iam como profissionais liberais, vendendo somente o produto do seu trabalho e não sua capacidade de trabalho. (IAMAMOTO, 2015).

A partir dessa compreensão, a autora (2015) conjuga a teoria marxiana de processos de trabalho com o trabalho em Serviço Social, permitindo compreender que não existe um processo de trabalho específico do assistente social, mas que se insere em distintos processos de trabalho. Entende-se que essa compreensão é fundamental e indissociável da análise da questão social, uma vez que suas metamorfoses repercutem no mercado de trabalho profissional, assim como determinam os processos de trabalho nos quais se inserem os(as) Assistentes Sociais (ABEPSS, 1996).

Considerar o(a) assistente social como trabalhador(a) reflete em um avanço significativo à profissão, principalmente pelas marcas sociais e históricas que a perpassam, em perspectivas voluntaristas, sob um suposto viés de neutralidade que acentuam o caráter de profissão (MONTAÑO, 2009), considerada subsidiária e, conseqüentemente, de um profissional assistente, secundário. Essa compreensão supõe considerá-lo, portanto, como um trabalhador intelectual que formula, projeta, e não apenas executa. Além disso, conforme Iamamoto (2015), supõe que se trata de um sujeito vivo que possui heranças socioculturais, valores ético-sociais, conhecimentos técnicos e teóricos, e que como trabalhador possui pertencimento de classe. Para a realização desse trabalho, seus instrumentos não se restringem, pois, a um arse-

nal de técnicas, mas pressupõe também as bases teórico-metodológicas que são recursos essenciais acionados para imprimir o direcionamento pretendido à intervenção.

Essas bases teórico-metodológicas que servem como instrumento de trabalho na contemporaneidade (IAMAMOTO, 2015) fundamentam-se a partir da teoria social/método marxista conjugada a valores emancipatórios irradiados dessa interlocução e que constituem também a ética profissional. Em articulação, essas dimensões contribuem tanto para a direção social quanto para iluminar e decifrar a leitura da realidade estabelecendo as mediações necessárias para a intervenção no objeto de trabalho: a questão social em suas múltiplas expressões. Portanto, decifrar a realidade é decifrar esse objeto, cujas mudanças e determinações também condicionam o exercício profissional.

Nesse prisma, não se considera o Serviço Social como prática, reduzida ao conjunto de atividades desempenhadas, sendo compreendidas de modo isolado e alheio à divisão social e técnica do trabalho, o que contrapõe o caráter de trabalho coletivo que é próprio do Serviço Social, tendo em vista que os profissionais se inserem em processos de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas, políticas e sociais do processo de acumulação. Cabe à formação profissional, portanto, “[...]expressar as novas tendências e condições emergentes no processo social, subsidiando a construção de respostas profissionais sólidas e antecipatórias ante as particularidades da “questão social” no atual estágio da acumulação capitalista”. (IAMAMOTO, 2001, p. 169).

Por conseguinte, nesse terceiro polo de análise se faz necessário considerar as transformações e a particularidade do trabalho no Brasil, contexto em que ocorre ampliação do desemprego estrutural, desregulamentação dos direitos da classe trabalhadora, precarização nas políticas sociais e no trabalho e que se agudizam considerando recortes de gênero, raça/etnia e geração, bem como as suas implicações na conformação de uma “nova morfologia do trabalho”⁴ com intensa incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que favorece o crescimento do assédio moral, desgaste mental, adoecimentos provocados pelas novas formas de gerenciamento e controle dos processos de trabalho (RAICHELIS; VICENTE, 2019), bem como a intensificação e aumento da jornada de trabalho, levando os(as) assistentes sociais a experimentar, assim como os demais trabalhadores

4 Ver: ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

assalariados, a precarização do trabalho e da vida, a desproteção social e trabalhista, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho (RAICHELIS, 2018).

Outrossim, tem-se também como desafio o avanço do pensamento conservador e reacionário na sociedade e que incide na profissão por meio de distintas abordagens sobre trabalho que se distanciam da perspectiva crítica na análise da realidade e de sua dimensão ontológica, reduzindo a análise ao âmbito epistemológico e ideológico. Sublinha-se, por fim, que a categoria trabalho não objetiva uma formação a partir de um “teoricismo estéril”, mas precisa ser tomada como central para análise da sociedade e compreensão de docentes e estudantes de Serviço Social como trabalhadores nesse modo de produção, que também vivenciam as contradições e os rebatimentos da “nova morfologia do trabalho”. Reconhecer-se como trabalhador(a), portanto, é fundamental para que o(a) assistente social se vincule e some junto à classe trabalhadora, nos diversos espaços ocupacionais e político-organizacionais, sejam da profissão ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhece-se, a partir do exposto, que as Diretrizes Curriculares significam um avanço para a consolidação do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social, e, considerando seus 25 anos, identifica-se a necessidade de avançar no conhecimento de como elas se expressam de fato nos projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social, bem como de sua materialidade conferida no ensino, que, como se destacou no decorrer deste capítulo, devem organizar-se a partir de uma apreensão dialética e não fragmentada, tomando como centralidade a questão social e o trabalho, que, assim como a ética e a pesquisa, não devem limitar-se a uma disciplina, mas, sim, transversalizar a formação profissional, de forma a efetivar a tridimensionalidade entre os Núcleos na totalidade do currículo, em cada componente curricular e nas estratégias didático-pedagógicas desenvolvidas.

Todavia, os desafios aqui tematizados não estão esvaziados de historicidade: a construção da proposta das DC se deu em um cenário de contrarreforma do ensino, voltada para a privatização, flexibilização e mercantilização da educação seguindo o receituário do Fundo Mone-

tário Internacional(FMI) e do Banco Mundial, que tem se estendido e se aprofundado nos últimos anos através da implementação do projeto ultraneoliberal no país, submetendo a educação superior à lógica da Universidade Operacional e Gerencial. Todo esse contexto se exacerba no atual cenário, desafiando a concepção de formação profissional assumida pela ABEPSS, que vem sendo afrontada nestes últimos 25 anos, desde a aprovação das Diretrizes Curriculares pelo Ministério da Educação e Cultura que ceifou os conteúdos dos tópicos de estudos contidos na proposta inicial. Não obstante, o tempo presente, marcado por uma pandemia mundial (Covid-19), além de acirrar e escancarar a realidade desigual brasileira, materializa o projeto de genocídio ao povo, que atualmente totaliza 378.475⁵ mortes, instaurando um verdadeiro cenário de guerra na luta pela vida. As respostas do atual (des)governo do país são orientadas pelo negacionismo e imposição do pensamento único e ataques à ciência, enraizados na implementação radical do projeto neoliberal, que desmantela as políticas públicas e flexibiliza o mundo do trabalho, agredindo, sem medidas, o ensino superior público, laico, socialmente referenciado e de qualidade. Neste contexto, é imperioso fortalecer a apreensão da realidade e da profissão por meio do materialismo histórico e dialético, que tão bem se expressa no projeto de formação e no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Frete à mercantilização e precarização do ensino superior, evidencia-se a relevância de estratégias políticas e pedagógicas para a ampliação e difusão da lógica que fundamenta as DC, reafirmando a matriz teórica que orienta o projeto de formação profissional, bem como contribuindo para o fortalecimento da direção social crítica da profissão, somando esforços com as ações que as entidades da categoria têm realizado na defesa do ensino público, laico, gratuito, de qualidade universal, e da presencialidade em todas as fases do processo formativo. Salienta-se a importância da pós-graduação e das entidades da categoria nesse processo, na efetivação de um intercâmbio mais sistemático com as unidades formadoras. No âmbito da pós-graduação, há de se reiterar a sua função precípua de formação de docentes e pesquisadores com competências para materializar um ensino de qualidade, com base nas DC da ABEPSS. Sem embargo, essa defesa não requer somente a luta sistemática e defesa no âmbito da categoria, mas, também, mais articulação à luta mais ampla da sociedade, pois, a edu-

⁵Dados do dia 21 de Abril de 2021, atualizado às 18h10min. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

cação pela qual se batalha não está no capitalismo, pois essa pressupõe a transformação radical da sociedade e o fim da propriedade privada dos meios de produção, que só pode ser garantida através da luta geral da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*, 1996.
- ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.
- ABEPSS. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social. Vitória, dezembro de 2018.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CARDOSO, I. C. *et al.* Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, 1997.
- CLOSS, T. T. *Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área*. Curitiba: CRV, 2017.
- CARDOSO, F. G. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. *Temporalis*, Brasília, n. 10, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. *Legitimidade e crise do Serviço Social*. Piracicaba: ESALQ/USP, 1982.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS (Org). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009, p. 15-60.
- IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. 1. ed. ampliada. CFESS:

Brasília, 2012.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, 2014.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, 2018.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, O. A construção da categoria. *HISTEDBR*, Campinas, número especial, 2011.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

MARX, K. *O Capital*. Livro I. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, v. 1.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, C. *A natureza do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no pós-64*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, A. E. et al. (org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RAICHELIS, R. O Assistente Social como trabalhador assalariado: de-

saíam frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.107, 2011.*

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018, p. 25-65.*

RAICHELIS, R.; VICENTE, Damares. Contrarreforma trabalhista no Brasil: desproteção da classe trabalhadora e desmanche de direitos. In: SILVA, Ademir Alves; PAZ, Rosângela D. Oliveira (org.). *Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea. São Paulo: Paulinas, 2019.*

SANTOS, J. S. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.*

TAVARES, M. A. S. Questão social e serviço social em debate. *Temporalis, Brasília, n. 14, 2007.*

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.*